

Neoliberalismo, reestruturação do Estado e bases para a consolidação da supremacia burguesa no Brasil

Anes, Rodrigo Roncato Marques  ¹

Maia, Júlio César  ²

Almeida, Renato Barros de  ³

RESUMO

Este trabalho propõe o exercício de compreensão do processo histórico que demarca o aprofundamento de transformações políticas e econômicas, entendidas como determinantes para a consolidação da supremacia burguesa e reestruturação do Estado aos moldes dos princípios neoliberais. A análise destaca as mediações estabelecidas a partir das últimas décadas do século passado que repercutiram no avanço de políticas consonantes com as finalidades ideológicas de promover um movimento de “despolitização da política” e “repolitização da sociedade civil”, com vistas a sustentar condutas capazes de garantir consensos, como estratégias de controle, eliminação de conflitos e cooptação para melhor adequação de um novo “homem coletivo” fiel aos interesses do setor produtivo. Entende-se que as políticas econômicas que passaram a ser implementadas no Brasil nas últimas décadas reforçam os interesses de atender as demandas de mercado por meio de uma nova pedagogia da hegemonia, contribuindo para a consolidação do Estado burguês.

Palavras-chave: Estado; hegemonia; reestruturação produtiva; neoliberalismo.

Neoliberalism, restructuring of the State and bases for the consolidation of bourgeois supremacy in Brazil

ABSTRACT

This work proposes the exercise of understanding about the historical process that marks the deepening of political and economic transformations, understood as determining factors for the consolidation of bourgeois supremacy and restructuring of the State along the lines of neoliberal principles. The analysis

¹ Universidade Estadual de Goiás. Doutor em Educação. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação – UnU Inhumas – UEG. Email: rodrigo.anes@ueg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1524134785032887>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6074-1845>.

² Universidade Estadual de Goiás. Doutorando em Educação. Professor no curso de Educação Física – UnU Itumbiara – UEG. Email: jcesarm@outlook.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1566093335953705>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7162-2136>.

³ Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Universidade Estadual de Goiás. Doutor em Educação. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação – PUC-GO. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação – UnU Inhumas – UEG. Email: renato.almeida@ueg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1288153314499688>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8393-6557>.

highlights the mediations established from the last decades of the end of the last century that had an impact on the advancement of policies in line with the ideological purposes of promoting a movement of “depoliticization of politics” and “repoliticization of civil society”, with a view to sustaining conduct capable of guaranteeing consensus, such as control strategies, elimination of conflicts and co-option to better adapt a new “collective man” faithful to the interests of the productive sector. It is understood that the economic policies that began to be implemented in Brazil in recent decades reinforce the interests of meeting market demands through a new pedagogy of hegemony, contributing to the consolidation of the bourgeois State.

Keywords: State; hegemony; productive restructuring; neoliberalism.

Neoliberalismo, reestructuración del Estado y bases para la consolidación de la supremacía burguesa en Brasil

RESUMEN

Este trabajo propone el ejercicio de comprensión sobre el proceso histórico que marca la profundización de las transformaciones políticas y económicas, entendidas como factores determinantes para la consolidación de la supremacía burguesa y la reestructuración del Estado en la línea de los principios neoliberales. El análisis destaca las mediaciones establecidas desde las últimas décadas de finales del siglo pasado que incidieron en el avance de políticas acordes con los propósitos ideológicos de promover un movimiento de “despolitización de la política” y “repolitización de la sociedad civil”. con vistas a sostener conductas capaces de garantizar consensos, como estrategias de control, eliminación de conflictos y cooptación para adaptar mejor un nuevo “hombre colectivo” fiel a los intereses del sector productivo. Se entiende que las políticas económicas que comenzaron a implementarse en Brasil en las últimas décadas refuerzan los intereses de satisfacer las demandas del mercado a través de una nueva pedagogía de la hegemonía, contribuyendo a la consolidación del Estado burgués.

Palabras clave: Estado; hegemonía; reestructuración productiva; neoliberalismo.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259555[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259555>

INTRODUÇÃO

Tomar nota do processo de consolidação da supremacia burguesa no transcurso do século passado, considerando a complexificação das relações de produção mediante a transição entre as fases históricas industrial, monopolista e financeira do capitalismo, bem como sua implicação imediata sobre a configuração do aparelho estatal, presume refletir a respeito da reafirmação de processos de hegemonia, que por sua vez repercutiram e avançaram profundamente nas primeiras décadas do século XXI.

A ótica gramsciana, no intuito de fomentar tal reflexão, revela como a constituição destes processos corresponde à formação de um “homem coletivo”, noutros termos um novo tipo de civilização intelectual e moralmente orientada às necessidades contínuas de um projeto produtivo e econômico de desenvolvimento (GRAMSCI, 2014).

A articulação entre sociedade civil e sociedade política, isto é, entre a constituição das relações de produção no campo estrutural e as derivações destas no campo superestrutural, toma forma de resposta, assumida por este marco investigativo, ao provável questionamento derivado da primeira afirmativa: sobre como tal “homem coletivo”, representativo da afirmação hegemônica, pode se formar intelectual e moralmente.

Tal articulação tem, portanto, se tornado importante chave de compreensão da consolidação de hegemonias em formas históricas modernas, onde os limites da organização da cultura e manifestações de consensos⁴, cultivados no entorno das próprias relações produtivas, articulam-se aos imperativos burocráticos e manifestações de coerções, próprios da burocracia estatal. Assim se evidencia a imprescindibilidade, ante a burocratização do Estado Moderno, da articulação entre sociedade civil e política para a constituição de um processo hegemônico, ou seja, da dupla investida, respectivamente por meio do aparelho coercitivo, delegado a superestrutura, e da capacidade de conscientização das massas, delegada a estrutura.

⁴ Com Gramsci (2001, p. 21) compreendemos que o consenso se alcança de forma “espontânea”, com adesão das “[...] grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção”.

O esforço lançado mão por esta investigação, sob amparo deste movimento simbiótico, estabelecido entre sociedade civil e sociedade política para a compreensão de processos de hegemonia, relaciona-se ao imperativo da historicização do avanço da supremacia burguesa ao longo do século XX no Brasil, cuja compreensão entendemos ser fundamental para revelar seus impactos na conjuntura social e política contemporânea do século XXI. Para tanto se concentra, estruturalmente, em duas seções complementares: uma primeira que recupera o processo de reafirmação da hegemonia burguesa com base na respectiva atualização de seus regimes de acumulação e modos de regulação, apresentando a transição entre fases industrial, monopolista e financeira do capitalismo e seus reverberios à transição entre regimes de acumulação fordista e flexível e entre modos de regulação keynesiano e neoliberal; uma segunda dedicada à interpretação da absorção, por parte da realidade brasileira, deste período de transição configurativo da reafirmação hegemônica burguesa, que tem como marco a década de 1990, cujos impactos passaram a ser sentidos e cada vez mais endurecidos na última década desse século e nos dias atuais.

O movimento de reestruturação produtiva e seus impactos sobre a organização do Estado

O entendimento sobre as transformações e reformas vivenciadas pelo Estado nas últimas três décadas passa, necessariamente, pela compreensão do desenvolvimento do trabalho e do sistema de produção com a consolidação da indústria, uma vez que possibilita evidenciar o esforço do capital e da hegemonia burguesa em garantir estratégias cada vez mais aprimoradas de limitar as explicitações de suas contradições, exercendo controle sobre a política, sobre as relações sociais de produção e sobre o papel gerenciador que passa a ser ocupado pelo Estado.

Com o apoio em Alves (2011), Antunes (2011), Frigotto (2010) e Harvey (2008), podemos compreender que o capitalismo industrial veio se desenvolvendo e impactando diretamente na organização do Estado, em função do acúmulo de conhecimentos científicos e tecnológicos que auxiliaram na criação de metodologias de trabalho cada vez mais adequadas às necessidades de ampliação da margem de acumulação da burguesia.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259555[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259555>

Estas metodologias foram iniciadas no século XIX e aprofundadas no século XX, para conduzir a produção de modo cada vez mais eficiente, valendo-se de técnicas, instrumentos e saberes que permitiram a criação de normas bem delineadas e um gerenciamento preciso no controle do trabalho. Nas palavras de Pinto (2013, p. 19), contribuíram para estabelecer formas ainda mais cruéis de alienação e exploração da classe trabalhadora, com “[...] estratégias cada vez mais agressivas visando aumentar as escalas de produção, padronizar a qualidade dos produtos, diminuir os custos da produção e transporte etc” (PINTO, 2013, p. 19).

Os avanços das metodologias de organização do trabalho estiveram diretamente articulados ao desenvolvimento tecnológico fabril que, por sua vez, permitiu a mecanização das atividades, mas também impôs a necessidade de maior racionalização da produção, representada por formas mais sistematizadas de organização dos espaços de trabalho, e por ações mais instrumentalizadas e aprimoradas por parte dos trabalhadores e por parte dos seus administradores. Isso exigiu o investimento em recursos e estudos que pudessem auxiliar na construção de regimes de acumulação mais efetivos, com sistemas metodológicos de organização eficientes, visando o aperfeiçoamento da qualidade do trabalho, associado a constante busca pela diminuição do tempo de produção em tarefas de maior complexidade (PINTO, 2013).

O regime de acumulação que acabou sustentando o sistema capitalista durante a maior parte do século XX foi resultante da articulação de dois processos metodológicos, técnicos e científicos, o Taylorismo⁵ e o Fordismo⁶, também conhecido pelo binômio taylorismo/fordismo (ANTUNES, 2009).

A historicidade mostra que a depressão da economia nos anos de 1930, ocasionada pela crise de 1929, afetou o capitalismo em escala mundial, oferecendo ao taylorismo/fordismo a possibilidade e a oportunidade de desenvolvimento e amadurecimento de suas bases e estratégias, para organizar o modo de produção de maneira eficaz e promissora. Afinal, a época

⁵ O Taylorismo refere-se ao sistema de gerenciamento da produção, elaborado pelo norte americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915), utilizado nas atividades que passaram a exigir sistematização das tarefas, como a indústria (PINTO, 2013, p. 31).

⁶ O Fordismo refere-se ao sistema de organização do trabalho desenvolvido pelo norte americano Henry Ford (1862-1974), responsável pela revolução das indústrias de carro (PINTO, 2013).

de crise exigia mobilização em favor do crescimento econômico, que por sua vez, foi direcionada para perspectivas que trouxessem melhores resultados, como o “[...] planejamento em larga escala [e a] completa racionalização do processo de trabalho, apesar da resistência do trabalhador à produção em linha de montagem e dos temores capitalistas do controle centralizado [da produção]” (HARVEY, 2008, p. 123).

O trabalho taylorista-fordista, apesar de ser relativamente regulamentado e formalizado⁷, correspondeu naquele momento histórico às expectativas do capital, evidenciou as possibilidades de lucro a partir da materialização de processos de produção em que os aspectos objetivos e subjetivos da alienação se acentuaram (ANTUNES, 2009). Esta forma de organização do trabalho, como explicado por Harvey (2008), é resultante do investimento da classe dominante, com a finalidade de consolidar um novo tipo de trabalhador. Afinal, os métodos de organização do trabalho não se separam da totalidade, se articulam dialeticamente com o modo como o homem se constitui.

O taylorismo-fordismo avançou, e prevaleceu até a década de 1970, oferecendo o pleno exercício de controle sobre o trabalhador. Como explicado por Kuenzer (2001), esse modelo de produção foi ganhando notoriedade, agindo em todos os tipos de processos de produção, garantindo mecanismos mais eficientes para a valorização do capital. Especialmente no período pós-segunda Guerra Mundial, mais precisamente entre 1945 e 1973, foi quando o taylorismo-fordismo desenvolveu suas potencialidades administrativas, desencadeada conjuntamente pelos avanços da automação, especialmente nos países desenvolvidos, que, por sua vez, trataram de exercer seus domínios sobre os países periféricos e subdesenvolvidos, apropriando de seus mercados consumidores e matérias primas (HARVEY, 2008).

Os resultados alcançados revelam a existência de um processo articulado de compromissos firmados, por parte dos principais agentes responsáveis pelo desenvolvimento do capital: o Estado⁸, que se

⁷ Os processos de regularização e formalização do trabalho vieram ocorrendo conjuntamente ao próprio desenvolvimento do capitalismo, fortemente representados por lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX (ANTUNES, 2009).

⁸ O Estado ao qual nos referimos se apoia na compreensão de Marx sobre o Estado capitalista. Cujos interesses defendidos não são aqueles correspondentes a toda a população, mas especialmente os interesses de propriedade privada. Representa uma “[...] instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe” (BOTTOMORE, 1988, p. 218).

responsabilizou pelo cumprimento de seu papel intervencionista, garantindo sua ação em diversos campos (saúde, emprego, transporte, educação, etc.), com a postura de “Estado de Bem-Estar Social” (keynesianismo)⁹; o capital corporativo, que teve que ajustar seus mecanismos de controle com certa suavidade para seguir rumo a uma lucratividade segura; e o próprio trabalho, que assumiu novas funções, adequando o trabalhador ao adestramento técnico esperado (HARVEY, 2008).

O equilíbrio entre estes compromissos não foi alcançado sem resistências e disputas entre os agentes citados (Estado, capital e trabalho). Entretanto, foi o caminho que consolidou a base para o avanço do capitalismo pós-guerra, sobretudo com o estabelecimento de normas para contornar as possíveis adversidades que ameaçassem a lógica de produção e sua forma de organização. Esse equilíbrio contribuiu para o reforço ideológico e político em favor da hegemonia burguesa, justamente para dar continuidade ao domínio sobre a classe trabalhadora, reduzindo as possibilidades de tensões, rupturas ou enfrentamentos individuais e coletivos por parte deles.

De todo modo, mesmo tendo estabelecido uma concepção de trabalho estritamente técnica e operacional, com o desenvolvimento da economia e o consequente aumento da concorrência no mercado mundial (ALVES, 2011), a partir do final da década de 1960 o regime de acumulação taylorista-fordista (associado ao keynesianismo) não conseguiu conter a explicitação das contradições que são inerentes ao próprio capitalismo. Harvey (2008) explica que a rigidez dos processos de trabalho realizados com base no modelo de produção taylorista-fordista – caracterizados por postos de trabalho fixo, repetitivos e com tempo de execução cronometrado –, fez com que os capitalistas não conseguissem administrar os conflitos que, inevitavelmente, emergiram nas relações de produção, explicitando os problemas e as fragilidades em torno de sua organização. Havia problemas de rigidez do taylorismo-fordismo também relacionados aos investimentos de capital em sistemas de produção que não permitiam a flexibilidade de planejamento; em relação às idealizações de crescimento econômico estável em mercados de consumo extremamente invariantes; e ainda com relação aos modelos de contratos de trabalho que eram fixados e estabelecidos aos trabalhadores.

⁹ Refere-se a concepção de Estado Liberal intervencionista, orientado pelas ideias de Keynes, com “incremento de políticas sociais, postulando a garantia de padrões mínimos de vida” (DOURADO, 2002, p. 247).

Os problemas de rigidez do taylorismo-fordismo para o desenvolvimento do capitalismo, foram se somando a outros fatores também responsáveis pelo desencadeamento de uma onda de crise do próprio sistema econômico. Um destes fatores, refere-se ao fato de o Estado ter se tornado cada vez mais exigido na manutenção de seus compromissos assistencialistas, exatamente no momento (mais precisamente a partir de 1965) em que a organização econômica apontava para a necessidade de redução do investimento em gastos públicos.

As tentativas que ocorreram por parte dos capitalistas para quebrar a rigidez do taylorismo-fordismo, ainda foram fortemente impedidas. Porque já no final da década de 1960 a classe trabalhadora apresentava forte resistência a qualquer proposição cuja perspectiva fosse o incremento de novas formas e práticas de trabalho que conduzissem à intensificação de sua exploração ou que culminasse na possibilidade de desemprego, o que justifica a ocorrência de problemas de ordem trabalhistas e a forte onda de greve de trabalhadores entre 1968 e 1972.

Harvey (2008) explica que a expansão do capitalismo pós-guerra só se manteve até 1973, já que a realidade evidenciava que “[...] o mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava forte inflação” (HARVEY, 2008, p. 136). Soma-se a crise do petróleo ocorrida também naquele mesmo ano, gerando profundas mudanças e impactos em diversas economias, contribuindo com o avanço de uma crise estrutural do capitalismo global.

É preciso destacar que esse contexto de crise estrutural do capitalismo não foi desencadeado somente pela incapacidade de continuidade do modelo de acumulação até então vigente (taylorismo-fordismo), mas porque representou algo mais profundo, relacionado ao forte desenvolvimento das contradições e fragilidades do próprio sistema, que por sua vez revelam as possibilidades de interromper sua continuidade. Por essa razão, tornava-se latente a necessidade de uma nova reestruturação do desenho geográfico, político e econômico no mundo, que conduzisse a produção a assumir uma lógica de acumulação que estivesse associada ao desenvolvimento da acumulação transnacional, especialmente para reestabelecer as margens de lucro dos capitalistas que haviam sido diminuídas (HARVEY, 2008).

As grandes indústrias viram-se na emergência de entrar num período de racionalização. Como explica Frigotto (2010), continuar com o modelo

taylorista-fordista poderia colocá-las em risco, por isso, a partir da década de 1970, intensificaram os processos de reestruturação do trabalho, especialmente porque precisavam criar novos sistemas de organização da produção que dessem conta de acompanhar os grandes saltos tecnológicos da microeletrônica que ocorriam naquele momento histórico, associados ao desenvolvimento da informática, da robótica, da microbiologia e da engenharia genética.

Em consequência, as três últimas décadas do século XX demarcam um período conturbado da história dos países capitalistas, como é o caso do Brasil, vivenciado por um processo de crise estrutural cujo conteúdo histórico é bem mais complexo, não sendo possível o encontro de respostas e soluções simples e imediatas que pudessem dissolvê-la. Na verdade, a crise exigiu amplos e profundos processos de reestruturação econômica, política e social, com a finalidade de produzir novos sentidos e significados nas relações de trabalho e nas relações econômicas, que favorecessem os processos de alienação e acumulação do capital, repercutindo diretamente (e negativamente) sobre a vida dos homens, sobre o exercício da atividade humana e social (FRIGOTTO, 2010).

Obviamente que este direcionamento de reestruturação econômica e produtiva do capitalismo encontrou forte resistência por parte da classe trabalhadora. Esta se viu diante da incorporação de novos recursos tecnológicos ao trabalho, que necessariamente implicaram na sua liberação, na produção de um movimento de desemprego estrutural.

De todo modo, as resistências encontradas não impediram que diferentes experiências em torno da implantação das novas tecnologias fossem se materializando, encaminhando um processo de transição das formas de organização das relações de produção. Tais experiências, como mostra Frigotto (2010b), consistiram na realização de mudanças qualitativas das bases técnicas dos processos produtivos, funcionando como mais uma etapa da Revolução Industrial, de modo que fosse possível, para beneficiar o capital, acelerar a incorporação dos novos recursos tecnológicos (capital morto) e, em contraposição, reduzir o investimento no trabalho humano (capital vivo).

Todo este processo conduziu o capitalismo ao movimento de constituição de sua reestruturação, gerando um novo regime de acumulação, com fortes impactos sobre o trabalho de um modo geral. Segundo Frigotto (2010), foram instituídas novas formas de divisão da produção, novos

conteúdos e conhecimentos, estabelecendo, conseqüentemente, exigências cada vez mais elevadas de qualificação aos trabalhadores.

Este novo regime de acumulação e organização da produção é denominado por Harvey (2008) como acumulação flexível.

É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais complementares novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] (HARVEY, 2008, p. 140).

Com a acumulação flexível, os Estados capitalistas passaram a se desenvolver tomando como referências novas noções de tempo e espaço de trabalho, conduzido por processos de produção cada vez mais automáticos, rápidos e mutáveis. “O cronometro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado” (ANTUNES, 2011, p. 22).

A forma de produção que melhor subsidiou o desenvolvimento, a ampliação e expansão do regime de acumulação flexível foi o japonês, conhecido como toyotismo¹⁰. Iniciou para atender à necessidade particular do Japão, que visava produzir poucas quantidades de uma grande variedade de produtos, o que tornou este sistema eficiente na sua diversificação, caracterizado como plástico, adaptável. Foi responsável pela implantação do processo conhecido como “autonomação”, resultante da confluência entre

¹⁰ O Toyotismo está relacionado ao sistema de organização do trabalho desenvolvido por Taiichi Ohno, engenheiro de produção da companhia Toyota, com a finalidade de ser a “*via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial*” (ANTUNES, 2009, p. 56, *grifos do autor*).

“autonomia” e “automação”, tendo acoplado às máquinas de produção um dispositivo que as paralisa caso seja identificado algum problema no processo de fabricação, permitindo assim um funcionamento autônomo (sem a mediação humana) e de qualidade (sem a possibilidade de haver peças defeituosas) (PINTO, 2013, p. 62).

Antunes (2009) destaca que os traços do toyotismo, que definitivamente o distingue do modelo anterior (tayolismo-fordismo), são: produção vinculada à demanda, ao atendimento de necessidades individuais, tornando-a mais heterogênea possível; trabalho em equipe, organizado através de funções multivariadas; estrutura flexível de produção, que impõe ao homem a necessidade de capacitação para operar várias máquinas ao mesmo tempo; princípio do *just in time* – o melhor aproveitamento do tempo de produção; sistema *kanban*¹¹ de organização da produção, que induziu a descentralização das funções e a redução dos estoques e reposições de peças da produção, através de informações permanentes relacionadas a quantidade real de materiais que são gastos em cada posto de trabalho; estrutura horizontalizada, tendo centralizado na empresa apenas 25% de toda a produção, e os demais 75% transferidos para firmas terceirizadas; organização subsidiada por Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), formados por grupos de trabalhadores eficientes, induzidos pelo capital a dispor suas capacidades intelectuais para criar critérios cada vez mais exigentes de avaliação do desempenho obtido na produção; incorporação de uma pequena parcela (25 a 30%) dos trabalhadores como funcionários fixos, cujos ganhos salariais passam a vincular diretamente ao aumento da produtividade, de modo que assumam o papel de funcionários empreendedores e colaborativos.

Estes traços do toyotismo passam a reger as readequações das estruturas produtivas nos mais diferentes tipos, setores e níveis de trabalho, de modo que nada mais viesse a ser empecilho para garantir o fluxo contínuo de acumulação de riquezas, por sua vez, advindas das formas mais diversificadas de exploração do trabalho e do trabalhador.

A racionalização toyotista impulsionou o intenso controle sobre os homens-trabalhadores, colocando-os em condições ainda mais desfavorecidas.

¹¹ *Kanban* (cartazes, em português), representa o dispositivo mecânico que foi elaborado no interior das empresas, que conduzia cartazes no sentido inverso da produção contendo as informações sobre a quantidade de materiais necessários para cada posto de trabalho subsequente (PINTO, 2013).

De acordo com Harvey (2008), isso aconteceu porque os capitalistas-empregadores aproveitaram do contexto de crise – em que o risco de desemprego era eminente e estruturalmente necessário; em que havia elevada quantidade de mão-de-obra excedente; e que os sindicatos estavam politicamente fragilizados – para estabelecer medidas trabalhistas severas, caracterizadas por: ganhos salariais bem modestos; exigência por rápidas adequações e readequações das habilidades no trabalho; ausência de segurança na manutenção do emprego e péssimas condições de trabalho; imposição de contratos de trabalho flexíveis, abertos ao atendimento das necessidades do mercado e às exigências do capitalista-empregador.

Segundo Antunes (2011), os enfrentamentos contra o modelo flexível toyotista realizados pelos trabalhadores e associações sindicais, acabaram sendo abafados pelas ações ideológicas e políticas do próprio processo de reestruturação da economia. Nesse sentido, a flexibilidade estabelecida nas relações de trabalho desenvolveu-se unilateralmente, impossibilitando qualquer tentativa que favorecesse também o trabalhador. Para Harvey (2008), a mudança mais radical no empobrecimento do trabalhador está relacionada ao grande aumento de atividades de trabalho consideradas temporárias, as chamadas subcontratações.

Outras mudanças também foram destacadas por Antunes e Alves (2004) com relação aos impactos da reestruturação produtiva no trabalho e no trabalhador. Dentre elas citam: a desregulamentação do trabalho e a restrição de postos de trabalho industriais; expansão mundial do trabalho terceirizado e informalizado; aumento dos postos de trabalho para mulheres, proporcional ao ritmo de sua exploração (menores salários e pouco prestígio na produção); expansão dos assalariados médios que atendem o setor de serviços; crescente desemprego de jovens e a exclusão de trabalhadores com idade próxima aos 40 anos; estímulo ao trabalho domiciliar, para provocar a descentralização, flexibilização e precarização da produção; a reconfiguração transnacional do mundo do trabalho (ampliação das suas fronteiras territoriais, políticas e econômicas); e o crescimento acelerado do chamado Terceiro Setor.

Especificamente com relação ao desenvolvimento do Terceiro Setor, Neves (2005) contribui esclarecendo que avançou globalmente a partir da década de 1990, inclusive no Brasil,

para dar conta do aparecimento, na cena política, desses novos aparelhos privados de hegemonia [que], além de contribuir para naturalizar a privatização das políticas públicas neoliberais, proporciona[r] uma visão homogeneizadora da complexa organização da sociedade civil, retirando sua dimensão política de enfrentamento de classes (NEVES, 2005, p. 96).

No processo de reestruturação produtiva, apesar da evidente ampliação da margem de desemprego estrutural e da desvalorização do próprio trabalho, o Terceiro Setor e o desenvolvimento técnico-científico de postos de trabalho não abriram mão da classe trabalhadora. Na verdade, como explicam Antunes e Alves (2004), a classe que vive do trabalho foi redirecionada. As funções dos trabalhadores passaram a ser exercidas em novos processos de trabalho, localizados ao lado da produção, representados por tarefas de regulação, apoio e supervisão da estrutura produtiva ao qual estão vinculados, valendo-se do uso das mais diversas ferramentas tecnológicas e de diferentes recursos de telecomunicação. Isso porque, como explica Antunes (2011), o capitalismo global deixa de depender somente da tradicional exploração do trabalhador manual e industrial, para requerer também a organização de novas capacitações e funções para o trabalho, socialmente combinadas, criativas, de modo que todas elas possam vir a cooperar funcionalmente com a máquina produtiva.

A difusão dos princípios toyotista que reconfiguraram a concepção de homem/trabalhador e intensificaram a exploração do trabalho, foram ainda mais impulsionados em decorrência de um fenômeno que Chesnais (1999, p. 77) compreendeu como “mundialização¹² do capital”, também conhecido como globalização. Caracterizado pelo quadro de reestruturação e expansão econômica, política e territorial do capitalismo, que se desenvolveu instituindo um novo modo de gerir o Estado e mercado a partir das últimas décadas do século XX, promovendo sua completa abertura a nível mundial, ao mesmo tempo em que estimulou as ações de desregulamentação das leis trabalhistas, gerando a possibilidade dos “[...] grupos industriais explorar simultaneamente as vantagens da livre circulação de mercadorias e das fortes disparidades entre

¹² O termo *mundialização* (origem francesa) é sinônimo do termo *globalização* (origem inglesa). Ambos estão relacionados a um fenômeno global do capitalismo.

países, regiões ou locais situados dentro das fronteiras do mesmo ‘mercado único’” (CHESNAIS, 1999, p. 94).

De acordo com Houtart (2006), a globalização possibilitou o salto para a expansão da reestruturação produtiva do capitalismo em escala global, tendo sido determinante para acelerar os ritmos de produção, além de sustentar e avançar o crescimento econômico almejado pelo sistema do capital. Este salto está diretamente vinculado a dois fatores que foram fundamentais para o processo de reestruturação produtiva. O primeiro diz respeito às novas tecnologias de informática e comunicação, que possibilitaram ao capital estender suas bases e condições de reprodução nos mais diversos espaços do globo e nos diferentes tipos de produção e organização do trabalho. E o segundo fator, refere-se à ascensão e difusão de um neoconservadorismo, que passou a acompanhar o desenvolvimento do regime de acumulação flexível, especialmente na América do Norte e em países da Europa Ocidental a partir do final dos anos de 1970, atingindo posteriormente também países capitalistas periféricos como o Brasil (HARVEY, 2008).

O neoconservadorismo foi constituído por políticas vinculadas aos conceitos e ideias neoliberais¹³, que apontaram para um novo modo de gerenciamento do Estado, de organização da economia burguesa e do processo de circulação das mercadorias, caracterizado essencialmente por políticas de privatização, desregulação financeira, desregulamentação do trabalho e liberalização do trabalhador. Tais políticas, associadas à informatização e aos sistemas de telecomunicação, contribuíram para produzir avanços significativos na internacionalização da economia capitalista, impulsionando as possibilidades de lucros e acúmulos de riquezas para garantir a hegemonia burguesa, valendo-se de formas mais flexíveis de exploração do trabalho e mecanismos ideológicos de controle e cooptação da classe trabalhadora.

O neoliberalismo foi o que conduziu os países capitalistas a entrarem efetivamente num momento pós-taylorista/fordista. As reformas políticas produzidas pelo Estados e pelos governos neoliberais, como os casos pioneiros da Inglaterra, Estados Unidos e Chile, trataram de se opor

¹³ No plano conceitual, o neoliberalismo reproduz uma heterogeneidade de ideias do próprio liberalismo, mas buscando reinventá-lo, a partir de propostas mais próximas de uma concepção política conservadora, na contramão de políticas de valorização do Estado liberal intervencionista (keynesiano) (DOURADO, 2002).

bruscamente às práticas de Estado keynesiano, por entender que o intervencionismo estatal era prejudicial, favorecia a crise econômica, aumentava as despesas com os gastos públicos, contribuía para elevar os níveis de inflação, impedia o crescimento da arrecadação fiscal e também a valorização do capital. Por conseguinte, trataram de fomentar o fortalecimento de uma nova concepção de Estado, entendido como regulador da economia, de modo a garantir um “clima” estável e favorável para os negócios, legitimar as práticas flexíveis de emprego e mercado; supervalorizar os processos de automação dos mais diversos tipos de produção; e atrair a migração geográfica das indústrias e multinacionais, com a oferta de isenção tributária, liberdade comercial e flexibilidade na regulamentação trabalhista (ANTUNES, 2011; CHESNAIS, 1999).

O binômio neoliberalismo/acumulação flexível como representação do componente hegemônico do Estado brasileiro: a particularidade das décadas 1980 e 1990

Na transição entre as décadas 1980 e 1990 o Brasil se via, apreende Alves (2000), na importância de aderir a nova etapa da economia capitalista mundial, caracterizada pela internacionalização do capital: significa dizer que se fazia caduco o modelo de produção baseado no setor de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.), que não conseguia suprir o déficit na balança de pagamentos¹⁴. A estratégia de subterfúgio se caracterizou pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)¹⁵, que incentivaria uma reorientação do padrão de industrialização do país. Alves (2000, p. 111) reitera que o II PND “[...] tentou resolver, por meio da industrialização centrada na produção de bens de produção, o problema dos limites de uma industrialização voltada para o mercado interno, em um cenário de internacionalização do capital [...]”. No entanto, é importante apreender que a realidade brasileira fez com que esse plano se deparasse com algumas contradições.

A primeira delas diz respeito ao endividamento assumido a partir da incompatibilidade de um alto investimento ante o deslocamento do padrão de industrialização, como também a partir da baixa capacidade de arrecadação

¹⁴ O déficit na balança de pagamentos foi entendido por Alves (2000) como o limite encontrado pelo padrão capitalista desenvolvimentista brasileiro, isto é, padrão consubstanciado pelo setor de bens de consumo duráveis.

¹⁵ Ver Alves (2000).

fiscal e disponibilidade de recursos próprios. A segunda contradição se refere aos contrapontos lançados pela internacionalização do capital, assinalados pelo regime de acumulação flexível e pelas novas condições de concorrência.

Disso posto a dívida externa, suscitada em prol do deslocamento do padrão de industrialização, adquiria proporções cada vez maiores. O crédito logrado desta dívida, apesar das contradições expostas, tornava permissível o crescimento econômico brasileiro. O que se expunha era a entrada desta nação numa nova etapa de desenvolvimento: um sistema de produção orientado às importações, isto é, à produção de bens de capital (incremento à área química, siderurgia, infraestrutura, metais não ferrosos, energia, ferrovias; inauguração de parques produtivos; criação de estatais; etc.).

A promessa da revitalização econômica do país suscitada pelo II PND encontrava no ano de 1979 uma insuficiência: o terceiro choque do petróleo. Tal insuficiência carregava um novo abalo sobre a balança brasileira de pagamentos. Entretanto não pode ser esquecido que este também é o contexto em que o “Choque Volcker” ressoa sobre as diversas nações capitalistas beneficentes do sistema de financiamento de crédito norte-americano. Assim, o problema da balança brasileira de pagamentos se intensifica a partir da alteração da taxa nominal de juros.

A elevação do problema do sistema de crédito externo assumia patamares descabidos: o Brasil (assim como uma série de outras nações capitalistas) acabava de se recuperar de uma severa crise na balança de pagamentos (ANTUNES, 1988). Carente de reservas internacionais, com a dívida externa quadruplicada e ausente de perspectivas de reequilíbrio da balança de pagamentos, entrava em estado de *default*¹⁶.

Neste meio tempo a economia brasileira se via à mercê de ensaios para a erradicação do problema da dívida externa e reajuste da balança financeira. O frustrado Plano Cruzado, em 1986, caracteriza um destes ensaios: por mais que o Estado tentasse arbitrar sobre a correção do estado de hiperinflação, motivando planos de estabilização econômica, persistiam os elevados índices inflacionários, a crise da dívida externa e o desequilíbrio na balança financeira. É neste mesmo íterim de frustração que podem também ser ajustados o Plano Cruzado II (1986), Bresser (1987), Verão e Verão II (ambos em 1989).

¹⁶ O estado de *default* significa a impossibilidade encontrada por um devedor (na condição de indivíduo, empresa, nação etc.), de arcar com o compromisso firmado sobre uma determinada dívida.

Entretanto a década de 1980 é de extrema importância, assegura Alves (2000), para se pensar a fixação das bases que dariam sustentação ao terceiro surto de reestruturação produtiva brasileira. Este autor costuma apreender o “toyotismo restrito” enquanto particularidade do regime de acumulação brasileiro à época: tal característica é resquício das dificuldades encontradas pelo país em atender às reformas estruturais impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Primeiramente, a fim de apreender a relevância deste momento para a fixação das bases do terceiro surto de reestruturação produtiva brasileira, vale salientar: ao passo em que o Regime Militar, no início da década de 1980, assume uma política recessiva mediante as imposições do FMI, passa a haver alteração do mercado de bens de consumo duráveis para o mercado de bens de produção. Tal fato, por si só, caracterizou um “choque de competitividade” entre as empresas brasileiras ao ponto de se verem obrigadas a se adaptarem aos novos padrões organizacionais e tecnológicos do mercado mundial (ALVES, 2000).

É importante também observar o ressurgimento do movimento operário em resposta ao novo revestimento de controle do trabalho avistado pelo capital. Tal revestimento se caracterizou por um novo arsenal de técnicas acordado às demandas da mundialização do capital, como também por um suposto juízo arbitrário à supremacia dos grupos sociais dominantes sobre o processo de trabalho: buscava reorientar, vide movimentos organizados no entorno da sociedade civil, as próprias condições de trabalho dos grupos sociais subalternos. Este movimento certifica também a dificuldade, apresentada pelo governo brasileiro, em seguir a cartilha neoliberal: a isso é que Alves (2000) designa “toyotismo restrito” (ou seletivo).

Por significar uma década de transição entre divergentes modos de regulação e regimes de acumulação, a “década perdida” (nome alusivo à década de 1980 no campo político-econômico) sinaliza em solo brasileiro uma nova ofensiva do processo hegemônico burguês. Vale pensar com Gramsci (2014), ao passo em que salienta como em toda crise, motivada pelo aguçamento do elemento coercitivo, tendo seu processo hegemônico ameaçado, o grupo social dominante tende a afrouxar tal elemento em função da reafirmação de consenso.

O que significa o epílogo do Regime Militar e o ressurgimento democrático em concomitância aos sugestivos processos de transição de

regimes de acumulação e modos de regulação se não a reafirmação de um consenso? Oliveira (2000, p. 24-25), ao sinalizar aos governos do Regime Militar um caráter de liberalismo travestido de autoritarismo, apreende que “[...] foi na ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado Brasileiro, que prosseguiu sem interrupções no mandato ‘democrático’ de José Sarney”. A partir deste comentário aponta para o florescimento do modo de regulação neoliberal “à brasileira”, que compactua com a noção de reconsolidação hegemônica burguesa.

Não obstante Oliveira (2000) fomenta que na eleição do governo Collor (1990-1992) pode ser apreendida essa conjuntura de “dilapidação” do aparelho estatal e “desespero popular”: para tal governo os “marajás”, símbolo do desperdício e má administração do aparelho estatal, se responsabilizavam pelas mazelas sociais, inadequada distribuição de renda e depredação dos órgãos públicos e políticas sociais. É inegável a importância do governo “democrático” anterior, Sarney (1985-90), e suas falhas investidas contra o problema da hiperinflação e reajuste da balança de pagamentos, para que o solo fértil ao desenvolvimento do neoliberalismo “à brasileira” alcançasse as vias de fato.

O fomento deste modo de regulação guarda paridade com a dilatação do terceiro surto de reestruturação produtiva, segundo o qual Antunes (2011) aclara ter origem em 1970 no contexto das nações capitalistas centrais e em 1980 das nações periféricas. O Brasil se localiza no segundo contexto: bastando para tal compreensão ressaltar os padrões organizacionais e tecnológicos, impregnados à acumulação flexível, como explicitamos na primeira seção desse texto.

Alves (2000) entende que essas novas estratégias de produção, agrupadas em padrões organizacionais e tecnológicos, delimitadoras de um novo complexo de reestruturação produtiva, para além de guardarem paridade com o modo de regulação neoliberal, que incidia sobretudo no contexto dos governos Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (F. H. C.) (1995-2002), também têm relação com a crise das estratégias políticas (e sindicais) de cariz socialista brasileiro.

Na acepção de Sader (2000, p. 37) a esquerda pecava por não consolidar bases “que [...] [articulassem] a crise fiscal do Estado com um projeto de socialização do poder [...] [e que desarticulassem] ao mesmo tempo as bases de legitimação do neoliberalismo, entre as quais [...] a passividade, a

despolitização [...] [e] a desagregação social”. A análise de Sader (2000) compactua com a compreensão de Gramsci (2014) sobre a tomada de poder, por parte dos grupos sociais subalternos, num contexto de “crise de hegemonia”.

Assim, a mistificação e o cinismo conseguiram aguçar um tipo diferente de expectativa social: as propostas do governo Collor (1990-92) soaram atrativas e sua promessa de redução dos índices inflacionários despertava a atenção da sociedade brasileira. No entanto, tal expectativa se viu frustrada ante um pacote constituído pelo Plano Collor (1990), que combinava liberação fiscal e financeira às radicais medidas para a estabilização da inflação, e pelas Diretrizes da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), que promovia a liberalização comercial, extinção das restrições de importados e fomento à livre concorrência do mercado mundial¹⁷ (ALVES, 2000).

Alves (2000) destaca que o despertar da década de 1990 se caracterizou por uma conjuntura que compartilhava novas estratégias de produção, modo de regulação neoliberal e crise do sindicalismo. Essa tríade se responsabilizou pela constituição do “novo ‘e precário’ mundo do trabalho”: demarcando, portanto, uma nova investida do capital à reconsolidação hegemônica. Um consenso “passivo” carregado pelas condições de concorrência e competitividade no entorno das atividades econômicas do país, logo pela importância, dada aos organismos que protagonizavam o desenvolvimento dessas atividades, de redução dos custos de produção e acréscimo da precarização do trabalho.

Alves (2000, p. 195), deixando claro que ante as imprecisas condições que acometiam a economia brasileira no translucidar da década de 1990 “[...] as indústrias passaram [...] a adotar estratégias de racionalização de custos que implicaram uma redução da jornada de trabalho, salários e ou simplesmente demissões [...]”, já mensurava o grau de perversidade contido nas estratégias do governo Collor (1990-92). As arbitrariedades que acompanharam este governo o inviabilizaram de alcançar a estabilização monetária a fim de materializar pautas do modo de regulação neoliberal e do regime de acumulação flexível. Portanto, trata-se de um governo que “[...] preparou o capital para a adoção de novas estratégias de negócios [...]” (ALVES, 2000, p. 197), isto é, um governo que já apontava para a “excelência”

¹⁷ Alves (2000, p. 186) destaca que as Diretrizes da PICE “[...] apresentavam [...] medidas de desregulamentação do comércio exterior e de reduções de alíquotas de importações”.

de um profundo regime de recessão e, conseqüentemente, precarização e desregulamentação do trabalho, destituição dos “infortúnios” do Estado, fomento ao racionamento de gastos e privatizações desmedidas.

O veredicto à adequação da nação brasileira ao regime de acumulação flexível – baseado num processo de reestruturação produtiva alinhado à mundialização do capital, ou seja, na adoção de toyotismo “sistêmico” –, e ao modo de regulação neoliberal – segundo o qual, vale retomar Sader (2000, p. 35), nasce da crise fiscal do Estado, ou seja, tem o surgimento “[...] delimitado pelo esgotamento do Estado de bem-estar social [...] e, principalmente, da industrialização substitutiva de importações [...]” – estava dado.

Neves (2005, p. 89), ao apontar como a história política brasileira diante da década de 1990 se caracterizou pela “[...] história da recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia da burguesia brasileira [...]”, evidencia o complexo de mudanças no campo da organização do trabalho e da produção, como também da reestruturação do Estado no capitalismo monopolista. Para a autora tal processo tinha como meta redefinir as relações que se estabeleciam entre a sociedade civil e política: tal modelo de estruturação da legitimidade hegemônica burguesa é demarcado pela “despolitização da política” e “repolitização da sociedade civil”. “Despolitização da política, no sentido da inviabilização de projetos de sociedade contestadores das relações capitalistas de produção da existência [...]” e “[...] repolitização da sociedade civil, no sentido de fortalecimento de práticas que induzam à conciliação de classes” (NEVES, 2005, p. 90-91).

O processo de deterioração do trabalho organizado, apresentado por Alves (2000), que encontra terreno ainda mais fértil nos governos Itamar Franco (1992-95) e F. H. C. (1995-2002), reflete-se no enfraquecimento dos grupos sociais subalternos e consequente impossibilidade de manterem viva a utopia socialista. Sobre tal Neves (2005) apreende que os segmentos da classe trabalhadora, assolados pela “repolitização da sociedade civil”, viam-se submetidos às novas diretrizes psicológicas do trabalho industrial.

Tais diretrizes contribuíram com a metamorfose da sociedade civil, ou seja, progressiva abdicação dos grupos sociais subalternos de sua própria função política e, em contramedida, crescente adequação destes ao voluntarismo e submissão trabalhista. Este enfraquecimento, peça chave ao endossamento da legitimação hegemônica dos grupos sociais dominantes, impossibilitava que fossem emanadas as contradições das condições objetivas

de exploração e expropriação a que o trabalho se encontrava e, tampouco, que estas contradições alimentassem nova posição afirmativa aos grupos sociais subalternos (NEVES, 2005).

Esse é o contexto de redefinição do consenso “passivo” em favor do projeto burguês de sociabilidade, onde os desígnios do modo de regulação neoliberal e do regime de acumulação flexível encontram forças. A articulação da sociedade civil e política, a partir da indissociabilidade entre economia e política, que impreterivelmente passa a ficar clara na década de 1990, aponta para a investida de interesses dos grupos sociais dominantes.

A sujeição da economia brasileira ao processo de mundialização do capital possibilitou um salto no que tange à acumulação de capital. O mercado foi, efetivamente, impulsionado pelo lema da “modernização”. Com a implementação do Plano Real (1994), durante o governo Itamar Franco (1992-95), verdadeira promessa de reajuste econômico brasileiro, verifica-se um processo de reequilíbrio do consenso “passivo” dos grupos sociais subalternos.

Neves (2005) costuma enfatizar que a partir das preconizações do FMI, atributivas à década de 1990, os governos brasileiros, em seu conjunto, aventuraram-se à uma série de demandas: abertura irrestrita do mercado nacional, privatização das empresas estatais, desmonte do Estado arguido pelo modelo de bem-estar social, precarização de políticas públicas e sociais, implementação de um projeto de “modernização” que influía sobre novas tecnologias no campo da produção etc. O saldo histórico desta empreitada, para a autora, se alia à “desqualificação política (ou despolitização) da sociedade civil”.

Neves (2011) assume que esse processo de “repolitização da sociedade civil” garantiu a perpetuação de políticas governamentais neoliberais destinadas à adaptação dos grupos sociais subalternos aos requisitos da precarização e flexibilização do trabalho. O que a autora busca denominar “repolitização da sociedade civil” representa o que Gramsci (2014) já sinalizava como “movimentos de conjuntura” (ou pequena política): tais movimentos, apreendidos como resignadas ações que se motivam pela via do consenso “passivo” e fazem dos fatos imediatos, corriqueiros e menos relevantes, alvos de repúdio, celebram, de acordo com Neves (2005, p. 95), um instante de “[...] desresponsabilização direta e universal do Estado pela proteção ao trabalho e

[...] [estimulam] o desenvolvimento de um associativismo prestador de serviços sociais de “interesse público” que se repercutem com frequência.

O contexto do governo Itamar Franco (1992-1995) representou a primeira etapa de readequação do consenso “passivo” dos grupos sociais subalternos. A “pequena política”, representativa do processo despolitização da “sociedade civil”, tornava lugar-comum as denúncias de corrupção e estratégias de combate ao sindicalismo autônomo: esse quadro representa os chamados “novos movimentos sociais”, que se apregoaram a interesses desarticulados das pautas sobre as relações de trabalho e a quebra dos direitos conquistados pelos grupos sociais subalternos no decorrer dos embates sociais durante a fase desenvolvimentista do capitalismo brasileiro (NEVES, 2005; 2011).

O governo F. H. C. (1995-2002), de acordo com Neves (2005), caracterizou-se pela segunda etapa de readequação do consenso “passivo” dos grupos subalternos. Nele as funções do aparelho estatal, em meio a eminência do modo de regulação liberal, reapareceram: “Do produtor direto de bens e serviços¹⁸, o Estado passou a coordenador de iniciativas privadas” (p. 92), isto é, projetava-se no horizonte uma privatização resguardada pela ação do Estado (também entendido como descentralização, fragmentação ou focalização da responsabilidade).

Neves (2005) elucida ainda que o governo em questão, ao passo em que concedeu ao Estado responsabilidade pelo crescimento econômico, também se “preocupou” com a formação de cidadãos “ativos e responsáveis”: esse complexo quadro elucida a retomada de protagonismo do aparelho estatal na condução do desenvolvimento econômico e social. Protagonismo este que não significou a retomada do Estado de Bem-Estar na perspectiva keynesiana, mas de uma reforma do aparelho estatal em virtude dos problemas enfrentados pelas sociedades ocidentais ao final da década de 1990, como aumento das mazelas, das linhas de pobreza, do desemprego etc. Os próprios organismos internacionais, que outrora desenharam as bases para as reformas combativas à crise vivenciada pelo capitalismo, passam a rever a concepção de neoliberalismo, como também identificarem uma importância fundamental na

¹⁸ O “setor de serviços” já começava, à brasileira, *mutatis mutandis* da realidade norte-americana, a ser alvo de inflamação a partir da efervescência do modo de regulação neoliberal expressivo aos governos da década de 1990.

ação do aparelho estatal para a garantia do processo hegemônico e contenção da crise em questão gerada pelos problemas sociais.

Melo e Falleiros (2005) acordam que a partir do governo F. H. C. (1995-2002) tal importância tende a ser retomada: este governo caracteriza a reforma do Estado, respaldada nas Diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaboradas em 1995 e responsáveis, de acordo com Neves (2001, p. 3), por indicar “[...] quais as atividades de que o Estado brasileiro deve encarregar-se diretamente, quais as que o Estado deve apenas coordenar e/ou supervisionar e quais as que ele deve entregar à iniciativa privada”.

Ainda sobre o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995, Neves (2001) explica que o Estado foi reestruturado, recomposto a partir de quatro diferentes (mas complementares) setores: i) um núcleo estratégico responsável pela criação de leis e políticas públicas, como também pela ênfase na cobrança do cumprimento destas. Este núcleo é composto pelos poderes Legislativo e Judiciário, a partir da ação do Ministério Público, e pelo poder Executivo, na figura do Presidente da República, dos ministros e dos auxiliares; ii) um setor orientado ao serviço de atividades exclusivas, isto é, de máxima importância à operacionalização do Estado (Educação Básica, previdência social básica, serviços de saúde, meio ambiente etc). Sobre este setor o Estado também detém autonomia de regulamentar e fiscalizar; iii) um setor orientado ao serviço de atividade não-exclusivas, isto é, de pouca ou média importância à operacionalização do Estado, o que implica no compartilhamento desta para com organizações públicas não-estatais e privadas e; iv) um setor responsável pela produção de bens e serviços ao mercado, protagonizado por empresas estatais com tendência à privatização.

Tais Diretrizes tornaram permissível a implantação de um projeto societário consonante as orientações dos organismos internacionais sensibilizados com a difusão do modo de regulação neoliberal. Não deixam de assegurar, Melo e Falleiros (2005), como o Estado, na medida em que incidia sobre um modelo de governabilidade “preocupado com as mazelas”, liberava ainda espaço à iniciativa privada, dinheiro aos bancos internacionais e políticas públicas aos desígnios dos organismos internacionais.

O governo incentivava ações que abrangiam a participação, a solidariedade e o senso de responsabilidade social, isto é, que envolviam os organismos da sociedade civil com vistas a radicar um ideal de “democracia” e

de “progresso social e econômico”. Por detrás destes incentivos se achava o impulso do projeto de sociabilidade neoliberal: logo, a engrenagem que se via era a de uma reforma a partir da qual o Estado se obrigava a formular políticas públicas e delegar suas execuções às organizações públicas não estatais e/ou privadas, tendo em vista a seguridade cedida pelas Diretrizes supramencionadas (MELO; FALLEIROS, 2005). Nas palavras de Martins (2004, p. 34), “a forma de ação foi operacionalizada, principalmente [...] quando se definiu a noção de ‘publicização’, ou seja, transferência de serviços sociais públicos para o setor privado por serem consideradas ‘atividades não-exclusivas’ de Estado”.

Martins (2004) apreende ainda que neste íterim de reafirmação de consenso entre a sociedade civil e o neoliberalismo, o governo F. H. C. (1995-2002) menosprezou políticas sociais em detrimento de políticas econômicas. Tal fato se verificava na redução de recursos destinados às políticas públicas, como também na desobrigação do Estado perante o ideal de universalização, homogeneização e igualdade no entorno destas políticas. A revogação da iniciativa estatal no âmbito das políticas públicas se assegurava na “publicização”, isto é, no repasse de sua efetivação às organizações públicas não estatais e/ou privadas.

O que se defendia era a ampliação da noção de “público”: tal noção não seria delegada, a partir de então, ao Estado, tampouco aos órgãos privados destituídos de todo e qualquer controle estatal. A insurgência dos organismos públicos não-estatais passa a deter função importante: possibilitava se falar em implementação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social, desse modo chamava atenção para uma suposta “preocupação”, sinalizada pelo Estado, para com a sociedade brasileira.

Entretanto o Estado não poderia se responsabilizar pelo financiamento destes organismos: se isto ocorresse sua ação (inclusive do ponto de vista fiscal) o incriminaria, pois haveria reconversão, em devidas proporções, de uma política de bem-estar social. O diferencial estava na capacidade de cooptação da sociedade civil, na importância de uma nova investida sobre seus organismos e instituições a ponto de fazer valer o processo de “repolitização”. Melo e Falleiros (2005) buscam deixar evidente que passou a existir uma “[...] tentativa de atribuir à sociedade a auto-responsabilização pelo financiamento das políticas públicas” (p. 182), isto é, a reeducação da sociedade civil para que dividisse com o aparelho estatal protagonismo na consolidação destas

políticas. Para Neves (2015) o que se implantava era um modelo de “sociedade de bem-estar”, uma ofensiva neoliberal que buscava ajustar mercado e justiça social a partir de uma vazão concedida ao papel da sociedade civil “repolitizada”.

É neste sentido que se apreende a metamorfose da sociedade civil. O governo F. H. C. (1995-2002), observando a frustração das experiências governamentais anteriores, percebe a importância de conquistar o consenso “passivo” dos grupos sociais subalternos via sociedade civil. Uma pauta neoliberal que deturpa propositalmente a concepção de sociedade civil para a ótica gramsciana, qual seja: espaço de disputa de concepções de mundo, de ideias sobre a condução do “sujeito coletivo”, prospectando a condução de processos hegemônicos. Eis a ascensão do chamado “terceiro setor”, que afronta completamente a noção de Estado Integral a partir da simbiose entre sociedade civil e política.

Aliados a “repolitização da sociedade civil”, por meio dos flertes estabelecidos entre o Estado e a sociedade na implementação de políticas públicas, e a “despolitização da política”, por meio do repasse da efetivação destas políticas às organizações públicas não estatais e/ou privadas, a hegemonia burguesa estava salvaguardada. O saldo que apreendido na reforma do aparelho estatal da década de 1990 caracteriza a “descomplexificação da sociedade civil” (NEVES, 1999).

Esse contexto de retração e cooptação de forças é o que singulariza a recondução do processo hegemônico burguês no insurgir do século XXI: pode ser a ele somado a particularidade econômica dos novos padrões de qualidade e produtividade. E essa análise contribui para explicar o fato de que, deste contexto em diante passou a ser imperioso ao Estado burguês, representado por suas orientações políticas, o investimento permanente na consolidação de uma nova pedagogia da hegemonia, manifestada por meio de medidas, orientações, formações e discursos capazes de difundir os interesses econômicos e produtivos neoliberais que passaram a ser vislumbrados e implementados, como analisado ao longo desse texto (NEVES, 2005).

O investimento numa nova pedagogia da hegemonia avançou a partir da década de 1990 também com a finalidade de combater as forças contra-hegemônicas e políticas ainda latentes e representantes da classe trabalhadora organizada. Por isso, passou a ser implementada por meio de ações educativas positivas, com o objetivo de “repolitização da política” e

produção de consensos, formando indivíduos cada vez mais adeptos às ações neoliberais, ao desenvolvimento econômico e ao padrão de sociabilidade burguês (NEVES, 2005).

Nas palavras de Miranda (2005, p. 4), as reformas neoliberais brasileiras trouxeram, por meio do investimento numa nova pedagogia da hegemonia, “[...] novos contornos à velha exploração da condição objetiva da classe trabalhadora associada à intensificação da exploração subjetiva”. Por isso, foram ocupadas ideologicamente por um discurso empreendedor, próprio do toyotismo e da acumulação flexível, carregado de sentidos motivacionais e de um otimismo individual, bem adequados à estrutura de mercado, em defesa da meritocracia, da flexibilidade e da qualidade total, legitimando as regras de exploração da classe trabalhadora, subsumindo o homem aos mecanismos mais perversos de alienação e controle produtivista.

O propósito do Estado brasileiro foi adequar as ações dos homens aos interesses do mercado consumidor, ativando o consenso entre os próprios trabalhadores e o consenso na relação destes com o capital, garantindo acordos em torno de conceitos, políticas e concepções ideológicas que, na essência, contribuem para a manipulação da classe operária de um modo geral e das demais classes de trabalhadores, como o caso dos professores, com o objetivo de que elas valorizem o próprio processo de exploração ao qual estão submetidas.

Não por acaso, as ações focadas na produção do consenso foram incisivas na direção de enfraquecer e desestabilizar as associações de classe, por meio de políticas opressoras e punitivas. Deste modo, as intervenções do Estado neoliberal brasileiro, não só avançaram na flexibilização e controle dos trabalhadores, mas também buscou amarrar as ações coletivas, dirigindo-as à adesão dos interesses empresariais, sob o discurso de cooperação e responsabilização no trabalho, para estimular a produção e o acúmulo do capital, associando estes ganhos à manutenção e garantia do emprego ao trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada da história para compreender todo o processo que viabilizou a consolidação da supremacia burguesa no Brasil, articulado ao movimento de reestruturação produtiva e reconfiguração do aparelho estatal aos moldes



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259555[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259555>

neoliberais, revelou-se como movimento científico e intelectual necessário para colocar foco sobre o esclarecimento de questões e tensões, compreendidas como determinações históricas no processo de reorganização da sociabilidade. Esse movimento teórico mostra-se, portanto, como importante para a produção de reflexões e o alcance de uma consciência transformadora, considerando “a construção do conhecimento e da fundamentação de um pensamento [histórico] que busque refletir, questionar e desvendar um fenômeno social, [bem como] suas implicações no contexto vivido” (ANES; BERNARDES; FERREIRA, 2012, p. 129).

O endurecimento de medidas neoliberais para sustentar a hegemonia burguesa no Estado brasileiro foram desenvolvidas e estabelecidas de modo mais preciso nas décadas de 1980 e 1990, como tratamos de esclarecer ao longo desse texto, considerando a análise sobre as determinações impostas pelo capital, visando produzir respostas as demandas do mundo do trabalho em plena e contínua transformação. Medidas estas que objetivaram reconfigurar o Estado, impondo a este um padrão econômico e gerencialista, adequado ao modo de acumulação flexível, impulsionando-o a adotar práticas e condutas políticas positivas, para controle social e produção de consensos, que podem ser compreendidas como parte de uma nova pedagogia da hegemonia, cuja estratégia é garantir o pleno desenvolvimento neoliberal, com a menor ou quase nenhuma possibilidade de questionamento ou resistência por meio da classe trabalhadora.

Essa análise é fundamental para que possamos entender que todo esse investimento para garantir a supremacia burguesa foi se aprofundando nas décadas seguintes. No Brasil, tanto nos governos do final do século XX, como nos governos das primeiras décadas do século XXI, as medidas e estratégias neoliberais continuaram sendo aprofundadas, voltadas para o exercício de um Estado gerencial e para o atendimento às demandas do mercado global, ainda que reconheçamos que em cada governo houveram estratégias particulares que lhes diferenciam e lhes distanciam significativamente.

O fato é que, desde então, diferentes reformas políticas foram implementadas e continuaram sendo fortemente implementadas na última década, caminhando no sentido de colocar o Brasil articulado aos interesses do capital internacional, estimulando seus investimentos em diversas áreas do setor produtivo e materializando mudanças em áreas estratégicas como trabalho, saúde e educação, com a finalidade de alinhar o desenvolvimento e a

economia do país aos padrões estabelecidos pelos países capitalistas desenvolvidos.

Entendemos que, como parte da sociedade de classes, não deixaram de existir grupos sociais e políticos que buscaram agir como oposição ao processo de instauração das forças neoliberais. Entretanto, as forças hegemônicas, sustentadas pelo poder econômico burguês e pelo investimento na produção de consensos, conseguiram avançar para que as reformas neoliberais fossem concretizadas e o regime de acumulação flexível fosse adotado processualmente, como projeto político e ideológico de organização do trabalho e da própria vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANES, Rodrigo Roncato Marques; BERNARDES, Cyntia Aparecida de Araújo Bernardes; FERREIRA, Ione Mendes Silva. A Categoria historicidade nas pesquisas sobre professores no Centro-Oeste. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, v. 18, n. 36, p. 120-132, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago., 2004.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259555[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259555>

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CHESNAIS, François. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. *In*: HELLER, Agnes *et al.* **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reformas do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A experiência do trabalho e a Educação Básica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. *In*: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. São Paulo: Editora da CLASCO; Expressão Popular, 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. O que muda no cotidiano da sala de aula universitária com as mudanças no mundo do trabalho? *In*: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia (Orgs.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas: Papirus, 2001.

MARTINS, André Silva. A relação estado e sociedade civil no governo Lula. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 13, n. 32, p. 32-42, mar. 2004.

MELO, Marcelo Paula de; FALLEIROS, Ialê. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova**



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259555[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259555>

pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

MIRANDA, Kênia. O trabalho docente na acumulação flexível. *In:* REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. Anais... Caxambu: p. 1-17, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Privatização no ensino nos anos 90. **Revista de Educação**, Sindicato dos Professores de Campinas e Região, Campinas, n. 8, p. 29-34, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. *In:* NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Entrevista com Lúcia Neves. Entrevista cedida a Motrivivência. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 23, n. 36, p. 236-246, jun. 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Direita para o social e esquerda para o capital.** Entrevista cedida a Paulo Passarinho em 6 de maio de 2015. Debate Brasil, n.p., 2015. Disponível em: <https://youtu.be/Wb35ZFGvoMs>. Acesso em: 30 abr. 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. *In:* SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX:** taylorismo, fordismo e toyotismo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. *In:* SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Submissão em 15 de setembro de 2023.

Aceite em 29 de outubro de 2023.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259555[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259555>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição
4.0

Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>